

RECURSO ESPECIAL Nº 1.581.202 - PR (2016/0037922-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : MARIA DE LOURDES CAMPOS ARTUSO
ADVOGADOS : GUILHERME LEPRI LONGAS - PR058776
LUCAS RUIZ BALCONI - SP343021
RECORRIDO : CIA ITAÚ LEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADOS : IANDRA DOS SANTOS MACHADO DE LIMA - PR061287
JULIANO RICARDO SCHMITT - PR058885

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por MARIA DE LOURDES CAMPOS ARTUSO, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, em desafio a acórdão proferido em apelação cível pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. REVISIONAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE. AGRAVO RETIDO. 1. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. AFASTAMENTO. 2. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. 3. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. MANUTENÇÃO. 4. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO CÍVEL. 5. JULGAMENTO EXTRA PETITA - NULIDADE RECONHECIDA - SENTENÇA DECOTADA. 6. COBRANÇA DE JUROS EM DUPLICIDADE (NHOC) COMPROVADA. 7. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXA MÉDIA DE MERCADO. APLICABILIDADE. ABUSIVIDADE DEMONSTRADA ATRAVÉS DA PROVA PERICIAL. 8. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. CONSTATAÇÃO PELA PERÍCIA. EXCLUSÃO. 9. CAPITALIZAÇÃO ANUAL DE JUROS. INADMISSIBILIDADE. 10. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. ADMISSIBILIDADE. MÁ-FÉ CONFIGURADA NOS DÉBITOS CONHECIDOS COMO "NHOC". 11. JUROS DE MORA QUE DEVEM INCIDIR A CONTAR DA CITAÇÃO, NO PERCENTUAL 0,5% (MEIO POR CENTO) AO MÊS ATÉ 10 DE JANEIRO DE 2003 E, APÓS, 1% (UM POR CENTO) AO MÊS (CC/02, ART. 406 C/C CTN, ART. 161, § 1º) - INADMISSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA TAXA SELIC COMO ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - APLICAÇÃO DO INPC MANTIDA - 12. REDISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA

1. Tendo a parte autora especificado na petição inicial os encargos que entendia abusivos no caso concreto, fica afastada a tese de alegações genéricas.
2. A pretensão resultante da cumulação de pedido de revisão de relação contratual fundada em contrato bancário com o pedido sucessivo de repetição do indébito dela decorrente está sujeita ao prazo prescricional para o exercício das pretensões de direito pessoal, nos termos dos artigos 177 do Código Civil de 1916, 205 e 2028 do Código Civil atual.
3. Mantém-se a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, quando demonstrada a hipossuficiência do consumidor.
4. Tem interesse de agir o correntista que propõe ação de revisão de

contrato c/c repetição de indébito com intuito de obter a declaração de nulidade de cláusulas abusivas e a devolução de valores eventualmente cobrados a maior.

5. Em se tratando de sentença extra petita e sendo o caso de vício sanável, impõe-se a redução da prestação jurisdicional aos limites efetivamente requeridos na petição inicial.

6. É abusiva a prática denominada "nhoc", na qual há duplicidade de lançamento de juros e IOF no mesmo mês, sem previsão legal ou contratual, sendo devida sua restituição ao correntista. (TJPR. Acórdão 28214.19 Câmara Cível. Rel. Des. Hamilton Mussi Correa. DJ.14/11/2011)

7. Demonstrada a abusividade dos índices de juros praticados, impõe-se a limitação à taxa média de mercado, conforme determinado na r. sentença.

8. Demonstrada pela perícia a incidência de juros capitalizados na conta corrente, imperiosa a manutenção de sua exclusão.

9. De acordo com o posicionamento atual da Câmara, a capitalização de juros, em periodicidade anual, só é possível quando houver expressa pactuação (El nº 725835-3/01 - Rel. Des. Jurandyr Souza Jr.) 10. A restituição em dobro, prevista no artigo 42 do CDC, só pode ser aplicada se demonstrada a má fé na cobrança, fato que se observa quando a cobrança a maior decorre da aplicação dos juros NHOC sem previsão legal ou contratual.

11. O INPC é o índice que melhor atualiza as dívidas, sendo inadmissível a aplicação da Taxa Selic, tendo em vista que abrange tanto juros moratórios como correção monetária.

12. Havendo reforma na sentença que importe em alteração na sucumbência observada entre as partes, impõe-se a redistribuição do ônus sucumbencial.

Agravo retido não provido.

Apelação cível parcialmente provida.

Opostos aclaratórios, foram rejeitados pelo acórdão de fls. 868-871.

Nas razões do recurso especial (fls. 882-896), alega a insurgente, além de dissídio jurisprudencial, violação aos artigos 460 do Código de Processo Civil, 422 do Código Civil e 6º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor, sustentando que a sentença que determinou a restituição de todos os valores relativos a cobranças não pactuadas não é *extra petita*, pois apenas interpretou de forma ampla o pedido formulado pela parte na inicial.

Contrarrazões às fls. 904-917.

Admitido o reclamo na origem, subiram os autos ao exame desta Corte Superior.

É o relatório.

Decido.

O reclamo merece prosperar.

1. A Corte local compreendeu que o magistrado a quo proferiu julgamento foi *extra petita* ao determinar a devolução de vários lançamentos indicados na inicial, pois a insurgente teria pleiteado, apenas, a devolução dos valores cobrados a título de "NHOC" (lançamento 62).

Confira-se, por oportuno, o seguinte trecho do acórdão recorrido:

Alega o apelante que a sentença é extra petita no que diz respeito à devolução de todos lançamentos bancários realizados na conta bancária do

autor (60, 63,78, 79, 80, 97), pois o autor limitou-se a requer a devolução dos lançamentos denominados "NHOC" ou "SEGUNDO LANÇAMENTO".

De fato, analisando a petição inicial, verifica-se que embora o autor tenha se referido a vários outros lançamentos, o fez apenas a título ilustrativo, sem qualquer pedido específico de repetição/compensação de tais tarifas/cobranças. Ressalte-se, que toda a sua argumentação recursal está fundamentada apenas na operação que ficou conhecida como "NHOC" ou "segundo lançamento".

Assim, inexistindo pedido de devolução dos lançamentos indicados na petição inicial [51 (est. déb); Ideal Super; 60 (débito taxas); 63 (débito por caixa); 64 (tarifas diversas; 65 (est déb cx); 68 (ecc cdc pag parcela); 71 (est ecc); 78 (débito encargos); 79 (déb.

transf. saldo); 80 (débito por CTB); 80 (seguro); 97 (tarifas diversas); 97 (Adiant.); 97 (encsaq); 97 (ene Asiant Depôs); 97 (tar estor dab); 97 (extrat); 97 (cadfis); 97 (ad exc); 97 (fxtra); 97 (sch/c); 97 (limcre); 97 (extsem); 97 (dev ch dep pgto); 07 (T ch dep devo); 97 (cmsch); 97 (tar dep exc li); 97 (tal ch); 97 (ch emit infer); 97 (manute cartão); 97 (proc mov cc); 97 (chsusp); 97 (tar talão chs)1, a repetição determinada pela sentença implica em julgamento extra petita, haja vista a concessão de tutela diversa daquela requerida pelo autor, eis que este pleiteou apenas a devolução dos valores cobrados a título de "NHOC" ou "segundo lançamento" (lançamento 62), o qual, como constatado pela perícia (fl.542 -mídia digital), não ocorreu no caso.

Assim sendo, deve ser declarada, nula essa parte da sentença e decotado o seu excesso.

De sua vez, sustenta a recorrente que a sentença não é *extra petita*, haja vista ter requerido na exordial a declaração de ilegalidade de todos os valores debitados em sua conta corrente e para os quais não houve autorização, com a repetição de tais valores de forma dobrada.

Consoante o entendimento do STJ, o alegado julgamento extra petita não subsiste, se o *decisum* não ofende os limites objetivos da pretensão, tampouco concede à parte providência jurisdicional diversa do pedido formulado na inicial, respeitando, assim, o princípio processual da congruência (AgInt no AREsp 1.316.749/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 19/12/2018).

Ademais, "o pleito inicial deve ser interpretado em consonância com a pretensão deduzida na exordial como um todo, sendo certo que o acolhimento da pretensão extraído da interpretação lógico-sistemática da peça inicial não implica julgamento extra petita" (AgRg no REsp 1.384.108/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/02/2015).

Depreende-se da exordial o seguinte trecho:

(...)

E, ainda, verificou-se a ocorrência de lançamentos indevidos, sem autorização expressa do cliente ou base legal, que eram efetuados mensalmente, durante todo o período em que o correntista mantinha sua conta ativa. Os referidos encargos recebiam uma variedade de códigos para não serem percebidos pelo cliente, entre as principais rubricas estão às seguintes:

"51 (est. Déb.); 60 (débito taxas); 63 (debito por caixa); 64 (tarifas diversas); 65 (est. Déb. Cx.); 68 (ecc. Cdc. Pag. parcela); 71 (est. ecc); 78 (débito encargos); 79 (déb. transf. saldo); 80 (débito por CTB); 80 (seguro);

97 (tarifas diversas); 97 (Adiant); 97 (encsaq); 97 (enc Adiant Depos); 97 (tar estor dab); 97 (extrat); 97(cadfis); 97 (ad exc); 97 (fictra); 97 (schcc); 97 (limcre); 97 (extsem); 97 (dev ch dep pag); 97 (T ch dep devo); 97 (cmsch); 97 (tar dep exc li); 97 (tai ch); 97 (ch emit Infer); 97 (manute cartão); 97 (proc mov cc); 97 (chsusp); 97 (tar talão chs)." Contudo, eram utilizados os mais variados tipos de históricos para efetivar tais cobranças, que eram feitas sem anuência do cliente, e sem nenhuma contraprestação de serviços.

Em outras palavras, os Réus efetuavam cobranças de juros em duplicidade, taxas, tarifas e valores indevidos, sem autorização legal ou contratual.

Por fim, do pedido constante da petição inicial, especificamente no item "I" extrai-se:

1) Seja declarada a ilegalidade das cobranças de todos os valores debitados na conta corrente da parte autora, da data da abertura até o encerramento, inclusive após a incorporação efetivada pelo Banco Raíá S/A, QUE NÃO CONTENHAM EXPRESSA E CLARA AUTORIZAÇÃO DA PARTE AUTORA OU PREVISÃO CONTRATUAL E, AINDA, AS COBRANÇAS EM DUPLICIDADE, com a conseqüente condenação dos Réus a repetição de indébito, de forma dobrada, com juros e atualização monetária, a partir de cada ocorrência, a serem calculados em liquidação de sentença.

Como se vê, havendo pedido expresso na exordial para que seja declarada a "ilegalidade das cobranças de todos os valores debitados na conta corrente da parte autora, da data da abertura até o encerramento", bem ainda a dedução de argumentos relativos aos "lançamentos indevidos, sem autorização expressa do cliente ou base legal, que eram efetuados mensalmente, durante todo o período em que o correntista mantinha sua conta ativa", a conclusão adotada pelo Tribunal *a quo* mostra-se em dissonância com o entendimento jurisprudencial do STJ, o qual, conforme exposto, permite que o julgador, no momento do exame do pedido e da causa de pedir, apresente provimento jurisdicional considerando a interpretação lógica e sistemática de todos os argumentos expostos pelas partes.

2. Do exposto, com fundamento no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para reformar em parte o acórdão recorrido e afastar a tese de julgamento *extra petita*, restabelecendo no tocante às tarifas o quanto deduzido na sentença.

Custas e honorários mantidos conforme fixados na origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro MARCO BUZZI
Relator